

Consulta Sobre Interpretação Da Legislação Aduaneira

(Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013)

As **CONSULTAS RELATIVAS À INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, serão efetuadas da seguinte forma:

A empresa consulente deverá formalizar a consulta junto à unidade de fiscalização aduaneira da RFB com Jurisdição sobre seu estabelecimento matriz. Para tal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, digitalizados conforme as orientações constantes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD.

DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR:

1. As orientações estão no site da RFB na internet, em **ACESSO RÁPIDO - LEGISLAÇÃO - CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**.
2. A documentação deverá ser digitalizada, conforme as orientações do ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE, presente neste CD.
3. Os arquivos digitais deverão ser entregues em dispositivo móvel de armazenamento (DMA), onde deverá ser gravado também o READ, conforme as orientações do ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE, presente neste CD.
4. No ato da entrega do DMA deverão ser apresentados o original ou cópia autenticada de documento de identificação dos signatários das petições e do READ

Observações:

- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão "cópia simples" são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.